



REGIMENTO INTERNO

RI.JUR.003
Conselho Fiscal

1. OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

Artigo 1º. Este Regimento Interno do Conselho Fiscal (“Regimento”) tem como objetivo estabelecer as normas de funcionamento do Conselho Fiscal (“Conselho Fiscal”) da Gafisa S.A. (“Companhia” ou “Gafisa”), quando instalado, definindo suas responsabilidades e atribuições, observadas as disposições do Estatuto Social da Gafisa S.A. (“Estatuto Social”), a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”), bem como as melhores práticas de governança corporativa.

Artigo 2º. O Conselho Fiscal será não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, especialmente no art. 163 da Lei das S.A. O funcionamento do conselho fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação, podendo seus membros ser reeleitos.

Artigo 3º. O Conselho Fiscal é regido pelo Estatuto Social e pelo Código de Ética e Conduta da Gafisa S.A. (“Gafisa” ou “Companhia”), além das disposições legal e regulamentares aplicáveis e das boas práticas de governança corporativa.

Artigo 4º. Compete ao Conselho Fiscal, além de outras atribuições dispostas no Estatuto Social, na Lei das S.A e no Regulamento do Novo Mercado acompanhar e verificar os atos dos administradores e o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, exercendo as atribuições fiscalizadoras que lhe são conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto Social.

2. ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE ESG

Artigo 5º. A composição do Conselho Fiscal será de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral, observando-se os impedimentos contidos no parágrafo 2º do art.162 da Lei das S.A.

Artigo 6º. A posse dos Conselheiros Fiscais é condicionada ao atendimento aos requisitos legais aplicáveis, bem como à prévia subscrição do termo de posse e deste Regimento, sendo que o termo de posse deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 52 do Estatuto Social, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro. Os Conselheiros suplentes somente farão jus à remuneração nas ocasiões que estiverem atuando em substituição aos membros efetivos, nos casos de vacância, ausência ou impedimento temporários.

Artigo 7º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia geral que os eleger, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

3. PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

Artigo 8º. O Presidente do Conselho Fiscal (“Presidente”) será designado pela maioria dos membros na primeira reunião do Conselho Fiscal, após a sua instalação, eleição pela Assembleia Geral e respectiva posse. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do Presidente, a presidência será assumida pelo membro designado previamente pelo Presidente ou, na falta de designação prévia, por quem os demais Conselheiros vierem a designar.

Parágrafo Primeiro. O Presidente será responsável por facilitar o adequado andamento dos trabalhos, conjuntamente com os demais membros, conforme aplicável, competindo-lhe a preparação, organização, condução, elaboração e distribuição das pautas e das atas das reuniões, bem como das informações necessárias para a discussão das matérias constantes da ordem do dia.

Parágrafo Segundo. O Presidente será responsável por representar o Conselho Fiscal, conjuntamente com os demais membros, conforme aplicável, em seu relacionamento com os órgãos da administração da Companhia e com a assembleia geral, assinando, quando necessário, as correspondências, convites e relatórios a eles dirigidos, podendo inclusive estar presente nas reuniões de tais órgãos ou assembleias como representante do Conselho Fiscal, quando aplicável.

Parágrafo Terceiro. O Presidente será responsável por elaborar um plano de trabalho para cada ano, o qual deverá ser apresentado na primeira reunião do Conselho Fiscal após a sua instalação e levando em conta o calendário de divulgação de informações financeiras pela Companhia.

4. REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL

Artigo 9º. As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por solicitação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. A instalação das reuniões será validada diante da presença da maioria de seus membros.

Parágrafo primeiro. Fica dispensada a convocação para as reuniões quando todos os membros em exercício do Conselho Fiscal estiverem presentes à reunião ou tiverem expressado previamente seu acordo com data, horário e lugar.

Artigo 10. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, nos termos da Lei das S.A. O Conselho Fiscal poderá também reunir-se extraordinariamente, sempre que os assuntos sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas de forma presencial, remota ou híbrida. Se realizada de forma presencial, a reunião ocorrerá preferencialmente na sede social da Companhia, mas poderá acontecer em ou em outro local, desde que em comum acordo de todos os Conselheiros em exercício. As reuniões realizadas de forma remota serão consideradas como ocorridas na sede da Companhia.

Parágrafo Segundo. Nas reuniões do Conselho Fiscal são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os Conselheiros que assim votarem; serão ainda considerados presentes à reunião os Conselheiros que dela

participem de forma remota, por meio de conferência telefônica, vídeo conferência, ou outro meio que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

Parágrafo Terceiro. As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas com a participação de, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros Fiscais e as decisões serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros Fiscais presentes. No caso de empate, a deliberação ficará suspensa até a próxima reunião.

Parágrafo Quarto. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas do Conselho Fiscal que deverão ser assinadas pelos Conselheiros presentes.

5. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Artigo 11. Aos membros do Conselho Fiscal compete, além do disposto no art. 163 da Lei das S.A:

- i) Manter sigilo sobre informações não públicas da Companhia;
- ii) Examinar matérias que lhe forem atribuídas, emitindo pareceres sobre elas;
- iii) Tomar parte nas discussões e votações, pedindo vistas da matéria, se julgar necessário, durante o debate e antes da votação;
- iv) Solicitar aos Órgãos da Administração informações consideradas indispensáveis ao desempenho da função;
- v) Comparecer às reuniões dos órgãos da administração na forma do § 3º do art. 163 da Lei das S.A, ou quando convidado;
- vi) Comunicar ao Presidente do Conselho Fiscal, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da reunião anteriormente marcada, a impossibilidade de comparecimento à referida reunião, para efeito de convocação do suplente; e
- vii) Exercer outras atribuições legais, inerentes à função de Conselheiro Fiscal, e deliberar sobre seu próprio Regimento Interno em cooperação com as áreas de Governança Corporativa e Jurídica da Companhia;

Artigo 12. Os Conselheiros têm os mesmos deveres dos administradores e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa, dolo, ou com violação da lei ou do Estatuto Social.

Artigo 13. Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no exclusivo interesse da Companhia, considerando-se abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à Companhia, ou aos seus acionistas ou administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia, seus acionistas ou administradores.

Artigo 14. Os membros do Conselho Fiscal deverão informar, imediatamente, as eventuais modificações em suas posições acionárias na Companhia ao Diretor de Relações com Investidores, nas condições e na forma determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários e em outros documentos da Companhia.

Artigo 15. Nos termos da legislação em vigor, os Conselheiros deverão manter o sigilo das informações às quais tenham acesso privilegiado, em razão do cargo que ocupam.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e será divulgado pela Companhia na forma e termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis.

7. INFORMAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Versão: 01.2025

Responsável: Jurídico

Instância de Aprovação: Conselho de Administração da Gafisa S.A.

Data e Ato da Última Aprovação: Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 18 de dezembro de 2025.

8. HISTÓRICO DE REVISÃO

Revisão	Data	Descrição dos itens revisados
00	18/12/2025	Emissão inicial do documento. Aprovação final da política